

A Propósito do Conceito de Império

Luís Moita

Vice-Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa

Resumo

Após um breve panorama do debate em Portugal sobre a natureza imperial do poder norte-americano, o artigo recapitula a história dos termos “imperialismo” e “império” e distingue dois grandes tipos de impérios históricos: os pré-modernos (civilizações agrárias) e os modernos (coloniais, ligados às sociedades industriais). Em referência à história dos Estados Unidos, mostra-se a relativa contradição entre a recusa imperial e o “destino manifesto” de uma expansão próxima da colonização.

Com base nestas análises, aborda-se a actualidade da posição dos EUA no mundo, para concluir que se trata de um império de tipo novo (pós-moderno) dados os elementos de coacção política, projecção militar e cobrança de tributo imperial. São discutidas e criticadas as teses de Antonio Negri sobre o império, bem como as opiniões de Todd, Wallerstein e Arrighi sobre o declínio do império norte-americano.

Abstract

After a brief scene of the debate in Portugal about the Imperial nature of the North American power, the article recapitulates the history of the terms “Imperialism” and “Empire” and distinguishes two great types of historical Empires: the daily pay modern (agrarian civilizations) and the modern (colonial, on to the industrial societies). In reference to the history of the United States, it shows the relative contradiction between the Imperial refusal and the “manifest destination” of expansion nearness to colonization.

With base in these analyses, it is approached the position in the present time, of U.S.A. in the world, to conclude that it is a new type of Empire (after-modern) given to the coercion politics elements, military projection and imperial collection of tribute. The thesis of António Negri, about the Empire, are argued and criticized, as well as the opinions of Todd, Wallerstein and Arrighi about the decline of the North American Empire.

A exploração do conteúdo de um conceito - um trabalho eminentemente teórico - torna-se útil quando se transforma em instrumento para melhor interpretar a realidade. O conceito de Império tem sido objecto de debates interessantes, designadamente em torno da sua aplicabilidade às relações internacionais contemporâneas. Numa palavra: será o termo adequado para interpretar a actual posição norte-americana no mundo? Tenho a convicção de que pode ter alguma utilidade explorar esse tema do Império, como tantos outros o têm feito, nem que seja como pretexto para, justamente, percorrer a actualidade e dela explicitar alguns traços salientes.

Mesmo entre nós, a questão não é nova. Logo no primeiro número da revista *Relações Internacionais*, os Professores Carlos Gaspar e João Marques de Almeida¹ cruzam argumentos sobre o assunto, sob a forma curiosa de troca de correspondência. Marques de Almeida sublinha que “o ano de 2002 marca o regresso da discussão sobre a tentação imperial” dos Estados Unidos, no óbvio contexto pós-11 de Setembro, enquanto Carlos Gaspar defende que “os Estados Unidos não são um império: não existe uma ordem hierárquica mundial, a principal potência internacional não domina os outros Estados e a vontade imperial da comunidade política norte-americana continua por demonstrar”. Aliás os mesmos autores têm trabalhos sobre o tema disponíveis no sítio do Instituto de Relações Internacionais na Internet. Carlos Gaspar estuda “O momento imperial”, analisando a “ficção imperial”, para concluir que “o império americano é sempre um império com adjectivos: é virtual, ou informal, ou benigno, ou compulsivo, ou incoerente, ou democrático, ou liberal, tudo menos um império *tout court*”² (voltaremos a esta adjectivação). Quanto a João Marques de Almeida desenvolveu o tema em “Os Neo-Conservadores e a Ideia de ‘Império’”³ e no que toca à pergunta: “Pode a América ser um império?” afirma “Os neo-conservadores dão duas respostas à questão mais provocante de todas. Para uns, como Kagan, Kristol e Wolfowitz, não pode. Para outros, como Max Boot, Robert Kaplan, e intelectuais próximos dos neo-conservadores como Ferguson e Stanley Kurtz pode e deve”.

Pelo seu lado, o General Loureiro dos Santos intitulou o terceiro volume de *Reflexões sobre Estratégia* com a expressão significativa “A idade imperial - A nova era” (Loureiro dos Santos, 2003), onde afirma incisivamente: “Com os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001, começou a idade imperial”, acrescentando: “O confronto estratégico central

1 *Relações Internacionais*, n.º 1, Março 2004.

2 Disponível em www.ipri.pt/investigadores.

3 *Ibidem*.

na actualidade e no futuro previsível, reside na afirmação planetária do império mundial norte-americano” (Loureiro dos Santos, 2003). Já antes, em 2002, a revista *Política Internacional* tinha publicado um número com o título “América: A República Imperial”⁴, onde alguns destes temas eram afluídos. Eu próprio me ocupei do assunto já em 1994, numa comunicação feita a convite do Professor António Hespanha a um seminário dos Estudos Gerais da Arrábida sobre “O Imaginário do Império”. No texto mais tarde publicado na revista *Penélope* (Moita, 1995), ao qual voltarei por mais que uma vez, pode ver-se a interrogação acerca do possível anacronismo do termo império, já que as duas guerras do século XX pareciam ter varrido da cena os poderes imperiais.

Imperialismo

A ideia de império surge logicamente associada à de imperialismo, podendo parecer que apontam para conteúdos equivalentes, limitando-se o termo imperialismo a remeter para a realidade da existência de império ou a exprimir o modo como se exerce o seu domínio. Mas não é tão simples. Sem prejuízo da sua proximidade, cada um dos termos tem um percurso próprio que vale a pena elucidar. Começemos pelo imperialismo.

Talvez remonte ao século XIX o uso da palavra imperialismo, mas então utilizada sobretudo pelos britânicos, que dela se serviam para pejorativamente criticar as práticas de Napoleão III, tidas por autoritárias e despóticas. Todavia a sua utilização mais sistemática e com um sentido mais apropriado deve-se ao publicista inglês John A. Hobson, da ala esquerda do Partido Liberal britânico, que fez como repórter a cobertura da guerra dos bóeres na transição do século, e que em 1902 publicou o influente livro *Imperialism*. Numa altura em que essa posição estava longe de ser consensual, ele defendia que a Grã-Bretanha deveria assumir uma política resolutamente imperialista e aqui o termo é quase sinónimo de colonialismo. Articulando-o estreitamente com o processo de industrialização (mais adiante retomarei este tópico), Hobson legitimava o designio colonial na base de argumentos que sumariamente se podem recapitular: desafogo para o excedente populacional, acesso a matérias-primas para a indústria, escoamento dos produtos manufacturados pelo alargamento dos mercados.

4 *Política Internacional*, nº 26, Outono-Inverno 2002.

Hannah Arendt analisou com grande acuidade este fenómeno do imperialismo e dos debates a que deu lugar no século XIX (Arendt, 1951). Segundo ela, as burguesias europeias estavam polarizadas pelo expansionismo, pela vontade quase biológica de expansão (à maneira da necessidade própria de um organismo vivo), e cita Cecil Rhodes que, à noite, via as estrelas no firmamento e lamentava todos aqueles mundos fora do seu alcance. “Se eu pudesse, anexava os planetas”, dizia. Para ela, o expansionismo das potências industrializadas era uma espécie de movimento ou tropismo com duas manifestações diferentes: o anexionismo e o colonialismo. O primeiro traduziu-se na expansão continental, numa lógica de contiguidade geográfica, levando à formação de impérios no espaço europeu e asiático. “Privadas de colónias e sem tradição ultramarina, as potências da Europa Central e do Leste deveriam expandir-se na própria Europa, se preciso colonizando povos mais fracos (Polacos, Checos, Judeus, Italianos...). Correntes de opinião favoráveis a este pendor anexionista tiveram influência na época, deixando raízes. As duas mais significativas foram o paneslavismo e o pangermanismo” (Moita, 1995). Na própria Alemanha a dinâmica dominante foi esta do anexionismo continental, até que, com o advento do novo Kaiser Guilherme II, este sacrificou Bismarck em nome do objectivo da *Weltpolitik*, isto é, uma expansão para além do quadro continental⁵.

“O segundo processo, relativo aos impérios ultramarinos, foi característico da generalidade das potências da Europa Ocidental e tem uma duração bem inferior à que espontaneamente somos levados a pensar. Ainda no final do século persistia a polémica entre imperialistas e anti-imperialistas. Para estes a aventura colonial era uma dispendiosa megalomania. Para aqueles era um imperioso requisito do capitalismo industrial. Temos assim duas formas históricas diferenciadas, o anexionismo (continental) e o imperialismo (ultramarino), como dois impulsos de um único movimento que é o expansionismo”. (Moita, 1995)⁶.

Aparecido assim no século XIX, o termo imperialismo vai ser recuperado pelo marxismo, não propriamente por Marx nem por Engels, que o não usam, mas por Lenine, que o coloca no título do seu “ensaio de divulgação” escrito na Suíça na Primavera

5 Guilherme II declara no seu discurso da coroa em Janeiro de 1896: “Do Reich alemão surgiu o Reich mundial”. Tinha adoptado como divisa: “Qual a nossa tarefa? A política mundial. A nossa finalidade? A potência mundial. O nosso instrumento? A marinha!” O seu sonho era o de substituir a “pax britânica” pelo “imperium teutonicum”.

6 Na transição do século XIX para o XX, existiam quatro grandes impérios continentais multinacionais (russo, otomano, austro-húngaro e chinês) e dez impérios coloniais (britânico, francês, alemão, português, japonês, italiano, holandês, belga, espanhol e norte-americano).

de 1916 - “O imperialismo, estágio supremo do capitalismo”. Influenciado por Hobson mas também por Hilferding (marxista alemão que em 1910 publicara “O capital financeiro”), para Lenine o imperialismo é uma fase do capitalismo, não já do capitalismo concorrencial, mas daquele onde se dá a concentração do capital em grandes monopólios. Além dessa característica central, outras se podem acrescentar: a emergência do capital financeiro enquanto simbiose do capital industrial e bancário, a crescente exportação de capitais comparativamente com a de mercadorias, a formação de carteis que disputam o mercado mundial, e o conflito agudo entre as grandes potências pela redistribuição das zonas de influência no mundo. Como vemos, aqui a palavra imperialismo tem um sentido técnico bem preciso, não coincidindo com a diversidade de acepções que foi adquirindo no vocabulário corrente. Para efeitos de propaganda política, usou-se e abusou-se do termo, associando-o com ligeireza às ideias de hegemonia ou de dominação e identificando-o criticamente com a supremacia ocidental ou americana, até que a ruptura sino-soviética levou os chineses a catalogarem de imperialismo os EUA e de social-imperialismo a URSS. Nessas vicissitudes, a palavra acabou por perder força, vulgarizando-se.

Império e impérios

Se o termo imperialismo, como vimos, é relativamente recente, já o império, pelo contrário, tem uma longa história que remonta à antiguidade. Não é caso de, sequer, esboçar um inventário dessa história nem uma análise da diversidade de formas que o poder político sob forma de império assumiu ao longo dos séculos. Tal diversidade, porém, não tem impedido a ciência política de focar as características que lhes são comuns, como procedeu Maurice Duverger ao dissecar o conceito de império (Duverger, 1980). Em oposição ao reino, o império é um Estado vasto, formado por diversos povos, onde um deles exerce supremacia. Na sua essência é monárquico, com um poder centralizado e sacralizado: de algum modo, não há império sem príncipe, sem imperador. É um espaço conquistado e um espaço organizado. Na sua expansão territorial, abrange diferentes identidades culturais⁷.

⁷ Ver também a definição de Robert Gilpin: “Por ‘império’ entende-se uma agregação de diversas gentes guiadas por um povo culturalmente diferente e uma forma política caracterizada por uma centralização do poder, concentrado nas mãos de um imperador ou soberano.” (Gilpin, 1981).

Para além destes traços comuns, pode ser estabelecida uma distinção algo sumária entre império “clássico” e império colonial. O primeiro tem obviamente como protótipo, no sentido weberiano de “tipo ideal”, o romano, com a sua dupla matriz de conquista e ocupação militar, por um lado, mas também, por outro, de concessão de cidadania ao conjunto dos habitantes, graças ao édito de Caracala de 212 d.C. (aliás a Europa parece ter vivido fixada no mito da reconstituição desse império, desde o de Carlos Magno, cuja partilha de Verdun em 843, assinala o acto fundativo da Europa tal como a conhecemos). O segundo, o colonial, já o recordámos acima e ainda voltaremos a ele.

Uma tipologia mais pormenorizada levar-nos-ia a estabelecer muitas outras distinções, analisadas na literatura da especialidade, desde os impérios que constituíram verdadeiras áreas civilizacionais (como o chinês ou o árabe), até aos que se formaram por conquista e agregação, salvaguardando as unidades pré-existentes (como o napoleónico ou o austro-húngaro). Mas fixemo-nos agora em dois grandes géneros de impérios, um pré-moderno, ligado às civilizações agrárias, outro moderno, ligado à sociedade industrial.

O primeiro vivia assente num princípio de sustentação que era a necessária extensão territorial como condição para a captação de imposto em larga escala. Robert Gilpin, depois de afirmar que “a forma predominante de organização política antes da idade moderna foi o império” e que “esta propensão a criar um império universal constituía o elemento principal da política pré-moderna”, fundamenta tal propensão em razões sócio-económicas: “A dinâmica do ciclo dos impérios baseia-se na realidade económica da agricultura primitiva e dos impostos sobre o comércio (...). O principal factor determinante deste ciclo dos impérios foi a formação social baseada numa estrutura agrícola. Durante esta era imperial, antes do advento da indústria moderna, a riqueza das sociedades e o poder dos Estados fundava-se na exploração do camponês e na agricultura esclavagista (...). A dimensão das mais valias económicas derivadas da agricultura e dos tributos imperiais dependiam principalmente da extensão do controlo territorial”. (Gilpin, 1981). A cobrança de impostos a camponeses e a mercadores sustentava o poder político centralizado e exigia o domínio sobre vastos espaços geográficos e humanos. Não há império sem conquista e sem tributo.

Se este primeiro grande tipo de império estava associado às civilizações agrícolas, o segundo foi caracterizadamente moderno e nele se articularam revolução industrial e expansão colonial. O império moderno foi fruto do expansionismo e este era filho do capitalismo industrial. Quando vimos acima o imperialismo tal como se manifesta no século XIX, já concluímos que esta forma de império resultou de três factores,

a saber, crescimento demográfico europeu, necessidade de matérias-primas, alargamento de mercados⁸.

A verdade é que estes impérios coloniais foram efémeros, durando por vezes menos de um século. No seu essencial e em última análise, foram abolidos pelas ondas de choque da segunda guerra mundial, com a emergência do nacionalismo afro-asiático e o declínio das potências europeias. Seja como for, eles traduziram-se na constituição de verdadeiras repúblicas imperiais, para utilizar a conhecida expressão de Raymond Aron, e introduziram nas sociedades-metrópoles uma contradição de natureza política: de um lado, os modernos Estados-Nações assumiam formas republicanas e reconheciam direitos cívicos aos seus cidadãos; de outro, a expansão levou-os a oprimirem diferentes povos considerados inferiores. “Quando uma democracia se torna um império, ela já não é evidentemente democrática em relação ao país onde intervém (...) Mas a democracia interna do Estado-império não poderia ficar indemne da lógica imperial desencadeada no exterior” (Zarca, 2004). Eis uma contradição digna de ser registada, susceptível de verificação para além deste período histórico.

Os Estados Unidos foram um império?

Este breve panorama histórico acerca do imperialismo e do império capacita-nos para melhor respondermos à questão da natureza da potência norte-americana, não tanto no presente, antes nas suas raízes.

Duas hipóteses aqui se colocam. A primeira levaria a considerar que os EUA não só nunca foram império, como ainda assentam numa matriz anti-imperialista. A segunda admite que, na sua curta história, a nação norte-americana se constituiu como verdadeiro império. Ambas as possibilidades são sustentadas por razões válidas, pelo que vale a pena analisá-las sucintamente.

No que toca ao primeiro registo, é possível uma interpretação da história dos Estados Unidos a partir desse fio condutor. A rebelião das treze colónias do Leste em 1776 contra a coroa britânica determinaria uma espécie de código genético, con-

⁸ O enunciado destes factores não significa que eles representem forçosamente vantagens para os países industrializados pelo facto de terem optado pela colonização. Sobre isso, veja-se o estudo documentado de Paul Bairoch, “Desenvolvimento/subdesenvolvimento” no vol. 7.º da Enciclopédia Einaudi (1986), Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, o qual desmonta com pertinência alguns mitos correntes a este respeito.

trário à dominação colonial e favorável à emancipação dos povos. Quando o Presidente Monroe em 1823 proclama a sua doutrina de “a América para os americanos”, estaria a exprimir a recusa do novo mundo em ser palco para o conflito das potências europeias na disputa de zonas de influência. Quando menos de um século mais tarde o Presidente Wilson proclama os seus 14 pontos, incluía neles o direito dos povos a dotarem-se de um Estado, emancipando-se da tutela imperial. E no fim da segunda guerra mundial, os EUA apoiaram o nacionalismo afro-asiático, contribuindo para o desmembramento dos impérios coloniais europeus. Tornaram-se grande potência sem colónias, o seu enorme poderio não se fez à custa de nenhuma ocupação imperial. Uma tal sequência de factos autorizou o actual Presidente George W. Bush a declarar: “A América nunca foi um império (...), somos sem dúvida a única potência da história que teve ocasião de se tornar um império e que o recusou”.... Mais ainda, a recusa do império atravessa todo o actual espectro político americano, desde a esquerda com Noam Chomsky, até aos conservadores com Pat Buchanan.

Uma segunda hipótese leva a admitir que a história dos EUA tem indiscutíveis marcas imperiais. A configuração territorial do país resulta obviamente de um processo expansionista em tudo análogo ao dos impérios continentais europeus e mesmo ao dos impérios ultramarinos. Ao longo de todo o século XIX até ao início do século XX deu-se uma impressionante série de anexações, ora por compra ora por conquista, para já não falar do genocídio das populações ameríndias, não obstante o “movimento pioneiro” ter sido não apenas político, como ainda científico e cultural. Desde as compras da Luisiana à França napoleónica, logo em 1803, da Florida à Espanha em 1819 e do Alasca aos czares da Rússia em 1867, passando pela anexação dos territórios mexicanos do Texas (1845) e da Califórnia (1848). Apesar de, em regra, os dirigentes norte-americanos estarem convencidos de que os interesses da nação seriam defendidos, não tanto pela conquista de colónias, mas pela conquista pacífica de mercados, isso não impediu que o desfecho da guerra hispano-americana, com o Tratado de Paris de 1898, transferisse para os EUA os restos, aliás importantes, do império espanhol, incluindo Porto Rico, Cuba (formalmente auto-governada), Guam e sobretudo as Filipinas. A influência das teses geopolíticas do Almirante Mahan - inspiradas no exemplo da supremacia marítima do império britânico - e a pressão do lobby “navalista” levaram ao controlo do Canal do Panamá e à progressão ao longo do Pacífico: o Hawai de 1843 a 98, o Midway em 1867, Samoa em 1900, o Panamá em 1902...

Este expansionismo territorial - primeiro na terra, depois no mar - era sustentado ideologicamente por uma espécie de messianismo, que fazia dos EUA uma nação pre-

destinada, incumbida de uma missão civilizadora pela difusão dos ideais da democracia liberal. Daí a célebre fórmula de “destino manifesto”⁹, insistentemente repetida pelos defensores da expansão.

Temos assim uma contradição que atravessa a história norte-americana, de um lado a matriz anti-colonial e a recusa confessa de vocação imperial, de outro a ambição expansionista e a efectiva existência de colónias, mesmo no sentido estrito (pelo menos no caso das Filipinas, durante a primeira metade do século XX). Independentemente dessa contradição, pode dizer-se com alguma segurança que os EUA construíram o seu gigantesco poderio salvaguardando, em regra, a soberania dos outros povos: o seu domínio assentou mais no livre-câmbio que na ocupação territorial ou na dominação colonial.

E na actualidade: uma potência imperial?

Durante a guerra-fria os EUA eram regularmente designados como superpotência, num paralelismo, embora assimétrico, com a União Soviética. O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Hubert Védrine, terá sido o inventor da expressão “hiperpotência”¹⁰, considerando a anterior demasiado datada, pois deixara de corresponder às novas realidades após o desmoronar do bloco soviético e o advento da globalização económica. Sob o termo hiperpotência está subentendido que ali se concentra o maior poderio de que alguma vez um país dispôs em toda a história humana. Será, porém, um poderio imperial? A questão pode parecer secundária, a não ser que da resposta resulte uma melhor compreensão da natureza tanto do actual poder norte-americano como do sistema internacional contemporâneo. Espero que estas páginas contribuam positivamente para esse resultado.

Logo em 1993, quando ainda não se apagara a surpresa das grandes mutações geopolíticas, o brasileiro Alfredo Valladão proclamava enfaticamente que o século XXI será americano (Valladão, 1993). Contra os que prenunciavam o declínio norte-americano (à semelhança dos que no início da era cristã diagnosticavam a decadência do

9 Ora na versão de “Manifest Design”, ora na de “Manifest Destiny”. A expressão “Manifest Destiny” apareceu pela primeira vez num artigo do jornalista John O’Sullivan, em 1846, in *United States Magazine and Democratic Review*, por ocasião da anexação do Texas.

10 Expressão utilizada numa conferência na Universidade de Paris I - Panthéon-Sorbonne, em 13 de Dezembro de 2003.

império romano), Valladão reporta-se à analogia da vitória de Roma sobre Cartago (que facilitou a transição da república ao império), afirmando que os EUA, derrotada a nova Cartago, estavam, agora sim, em condições de estabelecer o império mundial, uma “América-mundo”, um “império democrático”, um “imperialismo da liberdade”. Argumentos não faltavam para justificar semelhante tese, incluindo os da própria arquitectura institucional norte-americana, com a “irresistível ascensão da Casa Branca”, até à bem conhecida panóplia dos instrumentos de supremacia: a hegemonia económica, o poder do dólar, a dominação tecnológica e do software, o controlo dos fluxos estratégicos – petróleo, movimento de capitais, imagens globais, super-auto-estradas da informação – a organização do comércio planetário, o poderio militar e assim por diante. Enfim, Washington seria a capital do planeta. Se isto era afirmado em 1993, com maioria de razão poderia ser dito após 2001, com o desencadear do intervencionismo militar em grande escala.

Trata-se de um processo de dimensões literalmente incomparáveis, no sentido em que nada de semelhante ocorreu na história. Zibgniew Brzezinski (1997) fala desse processo como de um “deslizamento tectónico” nas relações internacionais: depois de Hitler e Estaline se terem entendido para tentarem impedir o domínio americano da Eurásia, eis que agora os EUA têm nesse espaço euro-asiático o grande tabuleiro de xadrez da sua supremacia geoestratégica mundial. E Henry Kissinger (2002) traçou as linhas mestras para a prática diplomática do século XXI, em função da nova configuração desse poder. Robert Kagan (2003) caracteriza-o como imperial, embora o qualifique como “império benevolente” (Kagan, 1998). Depois de Ronald Reagan ter identificado a União Soviética com o “império do mal”, o termo império é recuperado e adjectivado de novo, passando a ser portador de um sentido positivo, exprimindo uma missão messiânica de que os EUA estariam incumbidos. Outros, porém, de forma absolutamente “realista”, longe de qualquer “idealismo”, exprimem a natureza imperial do novo projecto americano. É o caso de Stephen Peter Rosen, da Universidade de Harvard, um dos fundadores do PNAC – Project for the New American Century¹¹, para quem “uma entidade política que dispõe de um poderio militar esmagador e utilize esse poder para influenciar o comportamento de outros Estados pode, com propriedade de termos, designar-se império (...). A nossa finalidade não é a de combater um rival, porque não o temos, mas de conservar a nossa posição imperial e de manter a ordem imperial”¹².

11 Para a compreensão do tema aqui tratado é indispensável conhecer os pontos de vista deste Think Tank, que podem ser consultados em www.newamericancentury.org/

12 Stephen Peter Rosen, “The Future of War and the American Military”, Harvard Magazine. Maio-Junho 2002, vol. 104, n° 5, citado em Wiewiorka (2004).

A questão, todavia, permanece em aberto: o termo império será adequado para designar o novo tipo de poder que os Estados Unidos incarnam na actualidade? Logo de início aflorei alguns tópicos que, com certa hesitação, poderiam encaminhar para uma resposta negativa. No mínimo, ao presente poderio norte-americano parece faltar um elemento que foi constitutivo dos impérios, tanto clássicos como coloniais: a dominação directa por parte de um poder central, alcançada por conquista, levando à submissão de outros povos através da ocupação territorial. Por maior que seja a supremacia norte-americana, ela não parece constituir-se à custa da soberania de outros Estados. Nessa medida, será seguramente impróprio falar-se de império, no sentido habitual do termo.

Acresce uma razão mais de fundo, que se prende com a natureza mesma das nossas sociedades: nos tempos mais recentes, os processos de hegemonia económica não exigem mecanismos de dominação política análogos aos do passado¹³. Não é por acaso que caiu em desuso a forma de organização do poder político que historicamente assumiu a configuração de império. Mais: a dominação política de tipo imperial pode ter-se transformado em obstáculo para assegurar a superioridade económica, tecnológica ou cultural. O império ter-se-ia tornado obsoleto.

Um novo tipo de império

Admitamos então que, em total rigor de termos, os EUA não correspondem no presente a uma configuração imperial. Mas alguma razão há-de haver para, tão persistentemente, a designação de império lhes ser atribuída, seja na forma crítica e pejorativa dos que contestam a sua dominação planetária, seja com a conotação de responsabilidade e mesmo de missão daqueles que julgam a hegemonia norte-americana benéfica, quando não indispensável.

13 Immanuel Wallerstein desenvolveu, com base em estudos históricos aprofundados (com óbvias influências de Braudel), esta ideia central para o pensamento estruturalista: "Até ao presente, houve apenas duas espécies de sistemas mundiais: os impérios-mundos nos quais um único sistema político reina sobre quase toda a zona considerada, mesmo que a sua autoridade efectiva se atenuie consideravelmente em certas regiões; e os sistemas nos quais não há sistema político único abrangendo todo, ou praticamente todo, o espaço considerado. Por comodidade, à falta de melhor termo, falamos neste último caso de "economias-mundo". (...) Defendemos enfim que antes da época moderna as economias-mundo eram estruturas muito instáveis, com tendência seja para se converterem em impérios, seja para se desintegrarem. A particularidade do sistema mundial moderno está em que uma economia-mundo pôde sobreviver durante cinco séculos sem se transformar em império-mundo, e esta particularidade é o segredo do seu poderio. Ela é o aspecto político do tipo de organização económica chamada capitalismo". (Wallerstein, 1980).

A palavra império pode ser usada em circunstâncias muito variadas. Falamos de “Império da Coca-Cola” ou de “Império de Hollywood”. Mas nestes casos estamos a utilizar evidentemente uma metáfora, já que a atribuição de natureza imperial só é legítima quando referenciada ao poder de Estado. Claro que poderíamos inventariar um sem número de domínios onde se verifica uma enorme superioridade norte-americana, desde a economia à ciência e tecnologia, passando pela finança ou pelo comércio; mas esses são factores que se reportam à sociedade norte-americana e não ao Estado enquanto tal. Seria porventura legítimo falarmos de “imperialismo” das multinacionais dos EUA, mas daí não se poderia deduzir a existência de um “império”, na medida em que este é uma forma de organização política. A pergunta a fazer é a de sabermos se o Estado norte-americano, enquanto centro de decisão política, adquiriu, na sua evolução e particularmente neste último período após o 11 de Setembro de 2001, características próprias do poder imperial.

O sistema imperial, tanto no modelo “clássico” ou agrário, como no modelo “colonial” dos séculos XIX-XX, inclui no seu conceito, conforme fomos vendo ao longo do texto, elementos historicamente determinantes, de entre os quais cabe destacar três: 1) a dominação de um povo sobre outros povos; 2) a conquista territorial abrangendo uma vasta área; 3) a cobrança de um imposto pelo poder central. Digamos que “império” supõe sempre estes três factores de ordem política, militar e económica. Na esfera política dá-se a confiscação, pelo menos parcial, da soberania de outros povos. Na esfera militar, verifica-se uma progressão de domínio territorial sob forma de ocupação. Na esfera económica, não há império sem extracção de mais-valias.

Posto isto, a hipótese que gostaria de propor é a de que o Estado norte-americano se constituiu como império, em sentido próprio e não metaforicamente, mas um império de tipo novo, na medida em que nele estão presentes as três marcas que acabei de referir (dominação, conquista, tributo), embora numa configuração diferente da que conhecemos nos impérios históricos. Justamente nesse percurso histórico, distingui acima o império pré-moderno, eminentemente agrário, e o moderno, vinculado à sociedade industrial. Se não fosse o uso excessivo e por vezes incongruente do termo, atrever-me-ia a designar como pós-moderno este novo tipo de império incarnado hoje pelos EUA. Vejamos por partes.

Coacção política, projecção militar, cobrança de tributo

Com toda a evidência, os actuais processos de dominação já não passam pela conquista militar, pela ocupação territorial e pela administração directa. Mas a potência

norte-americana adquiriu uma capacidade, não apenas de influência, mas de pressão e constrangimento sobre os restantes países do mundo, limitando o seu nível de soberania. Não lhes bastando pilotar decisivamente o sistema global, os EUA parecem arrogar-se a prerrogativa de serem o único país soberano¹⁴. Multiplicaram-se os indícios desta vontade de se colocarem acima da própria legalidade internacional, como bem o demonstraram os sinais da denúncia unilateral do Tratado ABM, da recusa da ratificação do Protocolo de Quioto e da rejeição do Tribunal Penal Internacional. Ao decidirem, contra o Conselho de Segurança das Nações Unidas, a intervenção militar no Iraque, os EUA ambicionaram esse estatuto de único poder soberano e isso foi insuportável, mesmo para alguns dos seus fiéis aliados.

Tal processo de coacção política é hoje compatível, pelas razões já atrás analisadas, com a manutenção formal das soberanias, apesar de estas sofrerem uma substancial erosão, em evidente benefício dos poderes transnacionais. O exercício desse novo tipo de dominação faz-se de formas mais subtis, onde os mecanismos horizontais em rede se cruzam com os sistemas verticais de hierarquia na cena internacional¹⁵. E o poderio militar é um factor crucial da capacidade de coacção política.

Apesar de vencedora das duas grandes guerras do século XX, a potência americana não retirou dessas vitórias nenhum acréscimo territorial. Nestes novos tempos, a acção de conquista deixou de ser praticada. Mas não se pense que, com isso, o poderio militar caiu em desuso. No caso dos EUA, as tradicionais conquista e ocupação territorial foram substituídas pela projecção militar. Julgo ser legítimo afirmar que essa projecção militar é actualmente uma das componentes que configuram o carácter imperial do Estado norte-americano.

Embora o fenómeno seja do domínio público, não parece inútil recordar os seus termos e dimensões. A projecção militar traduz-se, antes de mais, nas estatísticas do contingente deslocado para o exterior do país. Independentemente das forças agora

14 Sobre isto, A. Valladão escreve: «Soberano é aquele que decide a excepção»: a famosa e lapidar frase de Carl Schmitt sintetiza perfeitamente o status do poder que determina quais as circunstâncias em que as regras devem ser aplicáveis e a força se torna necessária.» (Valladão, 2002). Ver ainda Khalidi (2004).

15 “A Constituição dos Estados Unidos, como dizia Jefferson, é a mais bem calibrada para um vasto Império. Mas é preciso sublinhar mais uma vez que esta Constituição é imperial e não imperialista, já que (ao contrário do projecto imperialista que se movimenta sempre em linha recta dentro de espaços fechados e que invade, destrói e absorve os países submetidos à sua soberania) o projecto constitucional americano é concebido para realizar um programa de articulações de um espaço aberto e de contínua reinvenção de múltiplas e, ao mesmo tempo, singulares relações que se tecem em rede através de um campo ilimitado” (Hardt, Negri, 2003).

estacionadas no Iraque (que deverão andar pela ordem de grandeza dos 150.000 soldados), os EUA têm em permanência, em diversos pontos do mundo, um total aproximado de 250.000 soldados¹⁶. Os homens e mulheres que totalizam este conjunto estão operacionais em bases terrestres e em esquadras marítimas. Se as conhecidas Esquadras da Marinha são em número de sete, presentes nos vários oceanos (como a Segunda Esquadra no Atlântico Norte, a Terceira no Pacífico, a Quinta no Golfo Pérsico, a Sexta no Mediterrâneo e a Sétima Esquadra no Pacífico Ocidental e no Índico), as bases militares terrestres no estrangeiro são bem mais numerosas, podendo perfazer um total impressionante de, pelo menos, noventa e quatro, com esta distribuição por países: 11 no Reino Unido, 10 na Alemanha, 10 na Itália, 8 no Japão, 7 na Coreia do Sul, 5 na Arábia Saudita, 4 no Kuwait, 3 no Bahrein, 3 nas Filipinas, 3 em Espanha, 2 na Austrália, 2 no Qatar, 2 nos Emirados Árabes Unidos, 2 na Turquia, 2 na Noruega e uma em cada um destes territórios: Bahamas, Cuba (Guantánamo), Honduras, Panamá, Equador, Islândia, Holanda, Dinamarca, Portugal, Hungria, Grécia, Chipre, Egípto, Oman, Uzbequistão, Kirguizistão, Afeganistão e Singapura. Há ainda a base de Guam, em território americano no Pacífico, e a de Diego Garcia, no Índico, esta em conjunto com o Reino Unido¹⁷. Estamos assim em presença de

16 O número de soldados norte-americanos no estrangeiro somava, em 2001, o total de 254.788, dos quais 211.947 em terra e 42.841 embarcados, assim distribuídos:

Países estrangeiros com mais de 1.000 soldados norte-americanos (2001): Alemanha (70.998), Japão (40.217), Coreia do Sul (37.605), Itália (11.704), Reino Unido (11.318), Sérvia e Montenegro (5.679), Arábia Saudita (4.805), Kuwait (4.208), Bósnia-Herzegovina (3.116), Turquia (2.153), Bahrein (2.065), Espanha (1.990), Islândia (1.743), Bélgica (1.578), Portugal (1.005).

Outros territórios (com presença inferior a 1.000 soldados norte-americanos):

África do Sul, Argentina, Austrália, Áustria, Bahamas, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Chipre, Colômbia, Croácia, Cuba (Guantánamo), Dinamarca, Diego Garcia, Egípto, El Salvador, Emirados Árabes Unidos, Equador, Filipinas, França, Grécia, Gronelândia, Haiti, Holanda, Honduras, Hungria, Índia, Indonésia, Israel, Jamaica, Jordânia, Quênia, Macedónia, México, Noruega, Nova Zelândia, Oman, Panamá, Paquistão, Peru, Qatar, Rússia, Singapura, Suíça, Tailândia, Tunísia, Ucrânia, Venezuela.

Fonte: U.S. Census Bureau, Statistical Abstract of the United States

Disponível em www.census.gov/prod/www/statistical-abstract-03.html

17 Fonte: Vanguardia Dossier - Quén manda en el mundo?, nº 14, Janeiro-Março de 2005. Esta lista da localização das bases norte-americanas deve ser lida com alguma cautela, porquanto não é fácil estabelecer o inventário exacto das mesmas. Outras fontes consultadas referem bases a acrescentar a estas, por exemplo na Antártida, no Canadá, em El Salvador, na Indonésia... Além disso, há seguramente diversos outros pontos onde os EUA dispõem de "facilidades" navais e terrestres, como acontece provavelmente na Somália e no Djibouti. O relatório do Congressional Budget Office, disponível em www.cbo.gov/showdoc.cfm?index=5415&sequence=2, chega a referir 702 "instalações" das forças estacionadas no exterior (381 do Exército, 44 da Marinha, 275 da Força Aérea e 2 do "Marine Corps"), mas nesse total estão seguramente incluídas representações menores, como serão por exemplo serviços administrativos, hospitais, paíóis de armamento, pequenos destacamentos de segurança às Embaixadas americanas no mundo. Para outros detalhes, com distinção dos vários ramos, pode consultar-se o sítio do Departamento norte-americano da Defesa, nomeadamente em www.defenselink.mil/news/Jun2003/basestructure2003.pdf.

uma rede militar global, num desdobramento de forças nunca antes visto na história. A intenção de uma projecção sem fronteiras levou os EUA a estabelecerem um sistema de comandos militares que cobre o mundo inteiro, como se de um desenho de circunscrições internas se tratasse. Esta repartição do potencial bélico e dos sistemas de comando é conhecida, mas vale a pena visualizar, em nota, a localização geográfica dessa partilha^{18/19}. Mais ainda, para além da milenar complementaridade entre a terra e o mar, entre o potencial terrestre e o marítimo, acresce agora uma nova dimensão, já prenunciada com a utilização de meios aéreos, mas agora exponencialmente desenvolvida, que é a dimensão do espaço: como num novo oceano de envolvimento global, os EUA dispõem de uma superioridade formidável no processo de militarização do espaço, através da rede de satélites, de aviões, de mísseis capazes de controlar qualquer ponto do planeta e actuar nele sem restrições. Neste espaço subsiste a rede de vigilância global, o célebre *Echelon*, que permite o controlo e a detecção de objectos e de fluxos, desde as instalações físicas até às conversações electrónicas²⁰. Alain Joxe encontrou uma expressão para designar este novo lugar de absoluta superioridade norte-americana, “o espaço aéreo-satelitário e informacional”, como uma espécie de novo *no man’s land*, a desempenhar “o papel do oceano no imaginário geopolítico da antiguidade” (Joxe, 2002 b)²¹.

18 Além de 5 Comandos funcionais (Espaço, Estratégico - arsenal nuclear -, Transportes, Forças Aliadas e Operações Especiais) existem 5 outros Comandos geográficos (Fonte: JANUS 2003, pág. 99).

19



20 O mundo tomou consciência desta realidade graças à obstinada investigação do neo-zelandês Nicky Hager que publicou em 1996 a obra *Secret Power. New Zealand's Role in the International Spy Order Network*, Craig Potton Publishing.

Ao somatório destes elementos - destacamento de tropas, instalação de bases, atribuição de comandos geográficos, domínio do espaço sem fronteiras - chamei “projeção militar”. Distinta da conquista territorial, ela é provavelmente o seu sucedâneo “pós-moderno”. Nestes termos, ela representa uma evidente componente da configuração imperial.

A projecção militar, porém, é indissociável da supremacia económica. Aquela só é compreendida quando articulada com esta. Além dos factores de poderio militar e independentemente do dinamismo da sua economia privada, o Estado norte-americano dispõe de um conjunto de instrumentos económicos que asseguram a apropriação de mais-valias a nível mundial, apropriação essa que se pode considerar como equivalente à cobrança do tributo imperial.

A título de exemplo, recordemos que um desses instrumentos, bem conhecido, é o controlo de recursos naturais existentes fora do território americano, com relevo para os combustíveis fósseis (petróleo e gás natural) e matérias-primas estratégicas. Com grande visibilidade, dá-se um cruzamento da presença e das intervenções militares com os lugares e as instalações de prospecção, exploração, transporte e comercialização desses recursos, em benefício dos interesses privados mas sustentados pelo poder do Estado. Outro exemplo possível será o da capacidade de imposição de políticas económicas, a partir do controlo das grandes instituições que compõem o sistema financeiro internacional, processo que remonta a 1945 e à criação do sistema de Bretton Woods, mas que adquiriu novos contornos desde os anos 1990, mediante o que ficou conhecido como “Consenso de Washington”: a adopção de políticas económicas neo-liberais pelos organismos económicos e financeiros multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, sob a influência da Casa Branca²². Os programas de ajustamento estrutural ou a liberalização das trocas não só de produtos como de serviços, têm sido políticas públicas de grande escala que favorecem de modo significativo a economia norte-americana. Mas se há instru-

21 Para uma análise desenvolvida desta ideia e, em geral, da estratégia do domínio norte-americano, ver Joxe (2002). O mesmo autor, em Wiewiorka (2004), articula a emergência do “novo” império americano com duas mutações de primeira grandeza que ocorreram “completamente desconectadas” uma da outra: “uma geoestratégica (a queda da URSS, o fim da bipolaridade global soviético-americana) e outra tecnológica (a emergência da revolução electrónica como factor de metamorfose tanto do campo militar como do campo da economia, da alta precisão do tiro em tempo real à especulação ultra-rápida dos fluxos financeiros)”.

22 A formulação do “Consenso de Washington” deve-se a John Williamson (“O que Washington quer dizer quando se refere a reformas das políticas económicas”) em 1990. Sobre o mesmo tema, ver o importante capítulo de Boaventura Sousa Santos sobre “Os processos de Globalização” em Santos (2001).

mento que esteja à disposição dos centros de decisão política dos Estados Unidos, ao serviço da supremacia económica, é certamente o dólar. Um economista canadiano, escrevendo sobre “O rei dólar e os seus vassallos”, exprimiu com particular ênfase o mecanismo presidido pela moeda americana: “Os Estados Unidos são evidentemente dominantes nos planos financeiro, tecnológico e militar. Todavia não se pode explicar a longevidade dessa dominação por uma simples fatalidade da história, pelo génio de um povo ou pela vontade divina. Como explicar, apesar da ascensão da Europa e do Japão, que os Estados Unidos e o seu dólar, com um défice crónico nas suas trocas internacionais, estejam sempre à cabeça? Como num regime feudal, a supremacia dos Estados Unidos releva de causas estruturais e da submissão dos outros Estados. Aliás, evocando o dólar, fala-se com frequência de *seigneurie*. A antiga noção de *seigneurie* corresponde ao benefício obtido pelo príncipe a partir da diferença entre o custo de produção da moeda e o seu poder de compra decretado (que é superior). O dólar beneficia de certas vantagens cujos custos suportados pelos vassallos são cada vez mais elevados, sobretudo num contexto de crescente liberalização dos movimentos de capitais”²³. Este antigo direito de “cunhar moeda”, próprio do “senhor”, traduz-se hoje, no caso dos EUA, em receitas da Reserva Federal estimadas em 25 a 30 mil milhões de dólares por ano. Só a hegemonia do dólar como moeda internacional explica a sustentabilidade do défice público americano, que em 2004 atingiu o montante de 415 mil milhões de dólares, correspondendo a 3,6% do PIB, em conjunto com o défice comercial, que foi superior a 500 mil milhões de dólares no mesmo ano.

Em suma, verifica-se uma transferência de recursos de grandes dimensões em direcção aos Estados Unidos a partir não só dos restantes países industrializados, como ainda do resto do mundo, incluindo os países mais pobres (neste caso, através da degradação dos termos de troca e da dívida externa). Dos mecanismos que estão à disposição do Estado norte-americano resulta algo de comparável à cobrança de um imposto mundial. O controlo de recursos naturais, a imposição de políticas económicas e o papel do dólar são apenas três aspectos da capacidade da potência norte-americana proceder à extracção de mais-valias à generalidade dos outros povos. Com pertinência se pode falar de tributo imperial.

Estamos assim em melhores condições para retomar a hipótese colocada acima: os EUA constituíram-se como império, termo aqui não usado como metáfora, embora

23 Bernard Élie, texto acessível em [www.cjf.qc.ca/relations/archives/themes/textes](http://www.cjf.qc.ca/rerelations/archives/themes/textes). Um estudo cuidado sobre este problema é o de Annie Corbin, “Statut de monnaie de réserve du dollar et seigneurie américain: Bilan et perspectives”, disponível em <http://seco.univ-poitiers.fr/franc-euro/articles/ACorbin.PDF>.

império de tipo novo. E não é metáfora porque nele estão presentes, enquanto prerrogativas do Estado norte-americano, os elementos estruturantes da realidade imperial - a dominação política, a conquista de vastos espaços e a cobrança de imposto - agora sob forma de coacção política alienadora de soberania, de projecção militar em grande escala e de imposição de um tributo pela punção de mais-valias. Só estes fundamentos explicam a frequência e a persistência do uso do termo império para designar a potência americana.

Império americano ou transnacional?

Em tempos de globalização, porém, fará sentido circunscrever a um único país a marca imperial? A internacionalização dos processos políticos, militares e económicos não obrigará a superar a demarcação de fronteiras e a ultrapassar a antiga escala do Estado nacional, de modo a identificar o novo império com uma malha de centros de decisão globalizados? Não se terá constituído uma nova burguesia - ou, como dizem alguns analistas, uma hiperburguesia - como grupo dominante transnacional, detentor das alavancas cruciais do poder mundial?

Estas interrogações são suscitadas pelo impacto que teve a obra do italiano Antonio Negri, escrita em colaboração com o americano Michael Hardt, com o título “Império” e o subtítulo “A nova ordem da globalização” (na edição italiana). A sua tese central pode assim resumir-se: não havendo propriamente imperialismo, existe hoje um império cujos meios de dominação são “a bomba, o dinheiro e a comunicação”²⁴. Quanto à bomba, sublinham sobretudo o poder nuclear, que teria retirado aos Estados a capacidade de decisão sobre a guerra e a paz; quanto ao dinheiro, “a construção do mercado mundial consistiu, antes de mais, na desconstrução monetária dos mercados nacionais, na dissolução dos regimes nacionais e/ou regionais da regulação monetária e na subordinação destes mercados ao desígnio dos poderes financeiros”; quanto à comunicação, trata-se da organização do sistema educativo e de regulação da cultura como instrumento do controlo imperial. O império define-se como militar, económico e cultural.

A configuração do poder global localiza-se, para estes autores, numa estrutura em pirâmide composta por três planos, cada um deles com diversos níveis. No primeiro plano, a culminar o vértice da pirâmide, estão os EUA; mas a acompanhá-los no segundo nível deste plano está o grupo de Estados-nações que controlam os instrumentos

24 Comunicação, literalmente o “éter” (Hardt, Negri, 2003).

financeiros globais e que se encontram no G-8, nos Clubes de Paris e de Londres, nas assembleias de Davos... No segundo plano, por sua vez, localiza-se a vasta rede das corporações transnacionais que organizam o mercado mundial; a seu lado, muitas vezes subordinados ao poder das multinacionais, encontra-se o complexo dos Estados nacionais que agem enquanto organizações territoriais. Por último, no terceiro plano estão “os organismos que representam os interesses populares na organização do poder global” - existem é certo os Estados que representam interesses populares, mas há o conjunto das associações de cidadãos, independentes dos Estados e do capital, que constituem algo de similar ao contra-poder, com funções de contestar o poder global e que traduzem a realidade das “multidões”²⁵, segundo a expressão consagrada por estes mesmos autores.

À primeira vista, pareceria que para Negri o império se identificava com os Estados Unidos, como se fossem “a nova Roma ou um cacho de novas Romas: Washington (a bomba), Nova Iorque (o dinheiro) e Los Angeles (a comunicação). “Mas não, o império não é norte-americano, quanto mais não seja porque “qualquer concepção territorial do espaço imperial fica continuamente desestabilizada pela flexibilidade, pela mobilidade e pela desterritorialização que caracterizam o núcleo do aparelho imperial”.

Contrariamente aos defensores do nacionalismo, para Negri o império não é americano, o império é simplesmente capitalista: “é a ordem do «capital colectivo», esta força que ganhou a guerra civil do século XX”. Desse “capital colectivo” participam tanto os capitalistas americanos como os seus pares europeus, tanto as fortunas dos corruptos russos como os árabes, asiáticos ou africanos que “mandam os seus filhos para Harvard e o seu dinheiro para Wall Street”. E retomando um tema caro a Michel Foucault, Negri atribui ao império um sentido biopolítico, um exercício de biopoder: “Não se limita a regular as interações humanas, mas procura dominar directamente a natureza humana. O objecto do seu poder é a totalidade da vida social; de tal modo que o Império constitui a forma paradigmática do biopoder” (Hardt, Negri, 2003).

Não admira que os ainda defensores de um certo marxismo ortodoxo sintam grande desconforto com as teses, razoavelmente pós-modernas, de Negri; não perdoam a revisão da dialéctica e o abandono do conceito de classe, julgam que a diluição da ideia de império numa nebulosa transnacional a faz cair no anonimato, receiam que a recusa do carácter imperialista dos EUA redunde em desresponsabilização da hiperpotência.

25 A palavra “multidão” é escolhida para evitar qualquer ilusão transcendental, ou seja qualquer conceito que englobe a multiplicidade na unidade. Contra a ideia de “povo” ou de “massa”, entendidas como conjunto compacto de indivíduos, Negri contrapõe o termo “multidão” onde a multiplicidade vive enquanto tal, como multiplicidade de singularidades, de forças, de liberdades.

Pela minha parte não me identifico com estas críticas, mas também não me reconheço nas posições de Negri. Se é verdade que, segundo a conhecida fórmula de Shumpeter, o imperialismo é um “atavismo” do capitalismo, não julgo que se possa equiparar o império ao “capital colectivo”, pela simples razão de que, em rigor, o capital não pode constituir um império. Império é uma forma de organização política e só nessa esfera estamos autorizados a analisá-lo. Império é uma forma do poder de Estado. O capital gere poder económico, enquanto o poder de Estado supõe uma jurisdição territorial. O primeiro tem o controlo dos fluxos, o segundo tem o controlo dos territórios.

Por isso na análise que anteriormente propus centrei-me em permanência na natureza do Estado norte-americano enquanto entidade política. Se me permiti designá-lo por império foi porque explicitiei atributos imperiais no exercício das políticas de Estado. A coacção sobre outras unidades soberanas, a projecção militar global e a cobrança de um tributo de âmbito mundial não são prerrogativas do capital, por mais colectivo que ele seja, são antes marcas da prática dos centros de decisão política norte-americanos. Negri coloca os EUA no vértice da pirâmide imperial. Não creio que seja rigoroso, a não ser como metáfora. Os EUA não hegemonomizam o império, eles são o império.

Em ascensão ou em declínio?

Após esta análise, fará porventura sentido enunciar uma última pergunta: os Estados Unidos são uma potência em ascensão ou em declínio? O simples facto da interrogação ser formulada poderá parecer descabido, tão evidentes seriam os sinais de uma supremacia sem paralelo na história, ainda por cima em crescendo, seja nos aspectos científico-tecnológicos, seja no terreno político-militar, seja no processo de globalização económica, seja ainda na esmagadora difusão cultural. Basta recordar os tópicos que de início registei sobre a actual hegemonia norte-americana para restar pouca margem para a dúvida que está contida na pergunta.

Todavia, um certo número de autores tem defendido que o império está em declínio. De algum modo, os próprios sectores conservadores americanos partilham desta convicção, e a sua postura agressiva explicar-se-ia pela vontade de inverter essa tendência. Seja como for, vale a pena conhecer alguns pontos de vista acerca da hipótese da decadência, para o que seleccionei o pensamento de três autores, um francês, Emmanuel Todd, um norte-americano, Immanuel Wallerstein, e um italiano há muito radicado nos Estados Unidos, Giovanni Arrighi.

Emmanuel Todd publicou em 2002 o seu livro *Après l'Empire*, cujo subtítulo revela de imediato a tónica da análise: “Ensaio sobre a decomposição do sistema americano”. No essencial, a sua tese é a de que os Estados Unidos são uma potência em declínio e que as elites norte-americanas estão seriamente preocupadas com isso, por mais que a sua imagem para o resto do mundo seja de onipotência. Os EUA têm medo de se tornarem inúteis e de virem a sofrer do conseqüente isolamento. As razões para tal situação vêm de duas tendências: a crescente dependência económica e a relativa mas paradoxal impotência militar. No plano económico, os EUA perderam a posição absolutamente hegemónica alcançada no após-guerra de 39-45 e viram os blocos rivais (Japão e Europa) atingirem níveis de desenvolvimento equiparados aos seus; por outro lado, a realidade dos défices com o exterior gerou dependência, bem como insegurança, explicando o carácter predador da economia norte-americana. No domínio militar, Todd considera que os EUA alimentam “um micro-militarismo teatral”, fixando-se na obsessão do ataque a micro-potências, actores menores da cena internacional como o Iraque, o Irão, a Coreia do Norte, Cuba..., incapazes de enfrentar qualquer grande potência mundial, enquanto optam por não resolver definitivamente os problemas a fim de justificar acções militares de duração indefinida e uma incessante corrida aos armamentos (ver Todd, 2002).

Pelo seu lado, Wallerstein trata com outra profundidade a ideia do declínio dos EUA, enquadrando-a no contexto mais geral da crise do capitalismo. Este está a chegar ao ponto crítico da fase B dos ciclos de Kondratieff, a fase descendente, onde se manifesta a redução da margem de lucro das empresas produtivas, levando o capital a fugir para o sector financeiro em detrimento da esfera da produção, com pesado aumento do desemprego. A crise do modelo de acumulação afecta os EUA, que perderam, como defendido por Todd, a posição de superioridade do após-guerra. Além disso, o próprio triunfo dos EUA criou as condições para o fim do seu domínio. A guerra do Vietname, as revoluções de 1968, a incerteza provocada pela queda do muro de Berlim (abalando a ordem de Yalta) e o 11 de Setembro foram os momentos simbólicos de uma trajectória de decadência, donde resultou que os EUA sejam hoje “uma superpotência isolada que perdeu todo o poder real, um líder mundial que ninguém segue e que poucos países respeitam, uma nação à deriva no meio do caos planetário que ela não consegue controlar” (Wallerstein, 2003).

Quanto a Arrighi, a hegemonia dos EUA no mundo está provavelmente a caminhar para o final e a causa determinante dessa evolução é a sua recusa em praticar uma política “de compromisso e de adaptação”, optando antes por uma supremacia unilateral.

A consequente tendência parece ser a do declínio do Ocidente e a probabilidade de “um cenário de pós-hegemonia americana centrado na Ásia Oriental”. Nos tempos mais recentes, “as mudanças mais importantes são a surpreendente expansão económica da China no decurso da crise de 1997-98 na Ásia Oriental, a dissipação da miragem da nova economia e a crise do projecto imperial unilateral dos Estados Unidos” (Arrighi, 2004).

Destas três posições, um breve balanço pode ser feito. Todd, contrariando o prestígio adquirido pelo autor noutras obras, defende uma tese algo superficial, aparentemente condicionada por reflexos de anti-americanismo. Wallerstein retoma a sua preferência pela análise dos ciclos longos da história económica, tem o mérito de explicitar tendências sociais pesadas, mas as suas conclusões têm porventura demasiada marca ideológica. Arrighi articula com pertinência a observação dos grandes traços macro-económicos com a atenção à conjuntura política e à previsão das possíveis evoluções. Mas, no seu conjunto, os argumentos destes autores são pouco convincentes. Julgo que vale a pena conhecer os seus pontos de vista, mas os sinais de vitalidade e ascensão dos EUA parecem ser maiores que os de crise e decadência. O império está para durar.

Bibliografia

Arendt, Hannah (1951), *The Origins of Totalitarianism*. New York: Harcourt, Brace and World.

Arrighi, Giovanni (2004), “Pas facile, le chemin qui mène à l’Empire”, *Conjonctures*, nº 38, Primavera-Verão.

Brzezinski, Zbigniew (1997), *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. New York: Harper Collins Publishers.

Duverger, Maurice (1980), *Le concept d’Empire*, Paris: Presses Universitaires de France.

Gaspar, Carlos; Marques de Almeida, João (2004), “A ideia de Império no Pós-Guerra Fria”, *Relações Internacionais*, nº 1, Março.

Gilpin, Robert (1981), *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hardt, Michael; Negri, Antonio (2003), *Impero. Il nuovo ordine della globalizzazione*. Milano: Biblioteca Universali Rizzoli.

Joxe, Alain (2002), *L'empire du chaos. Les Républiques face à la domination américaine dans l'après-guerre froide*. Paris: Éditions La Découverte.

Joxe, Alain (2002 b), « L'empire américain: clausewitzien ou virtuel », *Le Débat Stratégique*, n° 61 Março 2002.

Kagan, Robert (1998), "The Benevolent Empire", *Foreign Policy*, n° 111.

Kagan, Robert (2003), *Of Paradise and Power. America and Europe in the New World Order*. New York: Alfred A. Knopf.

Khalidi, Rashid (2004), *La reafirmación del Imperio. Estados Unidos y la aventura occidental en Oriente Próximo*. Madrid: Catarata. Trad. espanhola de Isabel Díaz.

Kissinger, Henry (2002), *Does America Need a Foreign Policy?: Toward a Diplomacy for the 21st century*. New York: Simon & Schuster.

Loureiro dos Santos, General (2003), *A Idade Imperial. Reflexões sobre Estratégia III*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Melandri, Pierre (2004), « Les États-Unis: 'Un empire qui n'ose pas dire son nom'? » *Cités*, n° 20, 2004.

Moita, Luís (1995), "Os centros e as periferias na ordem política internacional", *Penélope*, n° 15.

Santos, Boaventura Sousa (org.) (2001), *Globalização: Fatalidade ou utopia?*, Porto: Edições Afrontamento.

Todd, Emmanuel (2002), *Après l'Empire*. Paris: Gallimard.

Valladão, Alfredo (1993), *Le XXIe siècle sera américain*. Paris: Éditions La Découverte.

Valladão, Alfredo (2002), "A redefinição da liderança norte-americana", *Janus 2003*, UAL/PÚBLICO.

Wallerstein, Immanuel, (1980) *Capitalisme et économie-monde 1450-1640-1.*, Paris: Flammarion.

Wallerstein, Immanuel (2003), *The Decline of American Power. The U.S. in a Chaotic World*. New York: The New Press.

Wieviorka, Michel (org.) (2004), *L'Empire américain?* Paris: Éditions Balland.

Zarka, Yves Charles, (2004) "Un nouvel empire?", *Cités*, n° 20, 2004.